



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE ETNODIVERSIDADE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS DA NATUREZA

LUCIANA FERREIRA GÓES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA ZONA RURAL
(VICINAL 10) DO MUNICÍPIO BRASIL NOVO-PARÁ**

Altamira – Pará

2018

LUCIANA FERREIRA GOIS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA ZONA RURAL
(VICINAL 10) DO MUNICÍPIO BRASIL NOVO-PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção de Grau do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará - UFPA/ Campus de Altamira.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a. Priscilla Bellard Mendes de Souza

Altamira – Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G616e Gois, Luciana Ferreira
Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência na zona rural (vicinal 10) do Município Brasil Novo -
Pará / Luciana Ferreira Gois. — 2018
43 f. : il.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Ciências Biológicas, Campus Universitário
de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Priscilla Bellard Mendes de Souza
1. Comunidade. Educação. Inclusão. Pessoas com Deficiência.. I. Souza, Priscilla Bellard Mendes de,
orient. II. Título
-

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA ZONA RURAL
(VICINAL 10) DO MUNICÍPIO BRASIL NOVO-PARÁ**

elaborado por:

LUCIANA FERREIRA GOIS

Com requisito parcial para obtenção do grau do Curso de Licenciatura em Educação do
Campo da Universidade Federal do Pará - UFPA/ Campus de Altamira.

Aprovado em ____/____/____

Orientadora Prof.^a Dr.^a Priscilla Bellard Mendes de Souza

Professora especialista Allany Celerino Corrêa

Professora Me. Cleide Santos de Souza

Altamira – Pará

2018

Dedico esse trabalho a todas minhas famílias, a todos os professores que contribuíram com o processo de ensino aprendizagem durante essa caminhada e a todos os amigos que contribuíram com palavras de incentivos, durante os quatro no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

EPÍGRAFE

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

(BRASIL, 2015, p. 12)

Agradeço a Deus por ter me dado à oportunidade de ser contemplada na inserção desse curso, e por ter me dado saúde, paciência, força, sabedoria para enfrentar todos os desafios durante a minha caminhada.

Agradeço o meu esposo Marcelino por ter me incentivado e pela compreensão na minha ausência e pelo seu amor. Amo você!

Agradeço a meus pais Antônio e Antônia por ter incentivado e ajudado com recursos financeiro, principalmente por cuidar dos meus filhos na minha ausência.

Agradeço a meus filhos Lorena, Gabriela, Isadora e Davy pela compreensão de ficar só e cuidar uns dos outros na minha ausência quando saía para estudar, e por acreditar em mim. Amo muito todos vocês!

Agradeço aos meus irmãos Ana Paula e Adriano que sempre me apoiaram e acreditaram no meu potencial para concluir minha formação profissional

Agradeço o meu irmão em Cristo Jesus João Correia que está comigo desde o início, sempre apoiando nas horas difíceis, sendo amigo que tenho respeito e admiração.

Agradeço a todos os professores que estive ministrando as disciplinas no decorrer do curso, e afirmar que cada disciplina foi única, e que todas elas me ofertaram muitos conhecimentos significativos.

Agradeço a Universidade Federal do Pará que proporcionou essa formação para nós professores do campo, oportunizou cada um melhorar as suas habilidades enquanto profissional.

Agradeço a minha orientadora Professora Dr^a. Priscilla Bellard Mendes de Souza pela paciência, e por ter orientado na construção desse trabalho de conclusão de curso - TCC.

Muito obrigada cada um que fez parte na minha vida acadêmica!

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	8
2.	Referencial teórico	9
3.	Metodologia	16
4.	Resultados e discussão	17
	Considerações Finais	36
	Referências	37
	Apêndice.....	39

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA ZONA RURAL (VICINAL 10) DO MUNICÍPIO BRASIL NOVO-PARÁ

GÓES, Luciana Ferreira¹.
SOUZA, Priscilla Bellard Mendes de².

RESUMO

A inclusão de pessoa com deficiência é um tema que vem sendo debatido há algum tempo, e mesmo assim, a sociedade questiona sobre a inclusão da pessoa com deficiência, expressa comportamentos de exclusão, mesmos que têm direitos á educação, saúde, emprego, lazer e cultura garantidos em Lei. Neste trabalho abordaremos o tema “Educação inclusiva de crianças com deficiências na zona rural (vicinal 10) do Município Brasil Novo - Pará”, por perceber que esta comunidade tem muitas crianças e adolescentes com deficiência, e ambas se encontra fora do espaço escolar, mesmo que algumas estão matriculadas, não comparecem na escola e as famílias não tem se preocupado de levá-las. O trabalho aprecia metodologia bibliográfica e uma pesquisa de campo na comunidade do Km 10, contemplando quatro pais de crianças com deficiências e quatro professores, todos participantes da pesquisa são oriundos da comunidade da Vicinal do km 10, a pesquisa de campo contempla questionários com perguntas tanto para os pais quanto para os professores. O objetivo é descrever por que as crianças com deficiência estão fora da escola. Os resultados das pesquisas concluem-se o porquê dos pais e a escola não tem se esforçado para que as crianças estejam inseridas no contexto escolar, ambas são conhecedores dos direitos da pessoa com deficiência naquela comunidade.

Palavras chaves: Inclusão. Pessoas com Deficiência. Educação. Comunidade.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities is a topic that has been debated for some time, and even then, society questions about the inclusion of people with disabilities, expressing exclusion behaviors that have rights to education, health, employment, leisure and In this work we will address the theme "Inclusive education of children with disabilities in the rural area (vicinal 10) of the Municipality of Brasil Novo - Pará", because it is understood that this community has many children and adolescents with disabilities, and both are outside of school space, even though some are enrolled, do not attend school and families have not bothered to take them. The work evaluates a bibliographical methodology and a field research in the community of Km 10, including four parents of children with disabilities and four teachers, all participants of the research come from the Vicinal community of km 10, the field research includes questionnaires with questions both for parents as well as teachers. The goal is to describe why children with disabilities are out of school. The research findings conclude why the parents and the school have not worked hard to get children involved in the school context, both are knowledgeable about the rights of the disabled in that community.

Keywords: Inclusion. Disabled people. Education. Community.

¹Aluna da Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Altamira Faculdade Etnodiversidade Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza. Ano de 2018.

²Orientadora: Professora e Doutora Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Altamira. 2008.

1. Introdução

Brasil é um país onde o contexto histórico advém de outros países, com grande diversificação de culturas e etnias, sendo assim a sociedade tem algumas origens de outro país, em especial de Portugal que colonizou. Hoje o Brasil aprecia Lei Institucional que contribuí de forma significativa para garantir os direitos do ser humano, quer sejam pessoas normais ou pessoas com deficiência, e as Leis vem adequando de acordo com as necessidades da sociedade, cabe destacar que desde a Constituição de 1988 até os dias atuais (BRASIL, 1988).

A política pública tem garantido os direitos das pessoas consideradas vulneráveis e ao longo dos anos procura resgatarem a dignidade do ser humano, transformando-o em sujeito de direitos e deveres com capacidade de intervir e redimensionar o meio social, mas com todos os avanços tecnológicos, a discriminação e exclusão cultural se detectam ações discriminatórias no campo étnico racial, na concentração de renda e na distribuição desigual de riquezas entre os povos do campo e a cidade (ROCHA, 2009).

A escola da Vicinal do Km 10 tem apresentado problemas quanto à inclusão de pessoas com deficiências, ora por entender que os professores não estão preparados para trabalhar com seus filhos, ou porque a família das pessoas com deficiências não conhece as leis, ou não tem interesse de levar seus filhos na escola por achar que eles não podem desenvolver habilidades, ou a escola não tem nada a oferecer a seus filhos. Nesta perspectiva, as crianças ou adolescentes com deficiência não estão inseridas na escola da comunidade, e alguns tem gerado a matricula, mas não se faz presente.

A partir dessa problemática, aprecia que poderia ajudar se existisse uma qualificação da mão de obra dos profissionais das comunidades rurais, assim eles estariam preparada para atender as necessidades da sociedade atual, com formação adequada à atual realidade da comunidade seria outra, os pais teriam convicção de que seus filhos iriam desenvolver as habilidades e os professores conhecendo a realidade e sabendo que poderia contribuir, pois estando preparados para receber esse público, iria incentivar as famílias na inclusão dos seus filhos no espaço escolar. Diante desta problemática, o objetivo deste estudo foi descrever como está acontecendo à educação inclusiva na Comunidade Vicinal 10, no Município de Brasil Novo, região da Tranzamazônica-Xingu.

É fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, que o professores estejam preparados, informados sobre os processos educacionais da pessoa com deficiência e

das possibilidades de usar a tecnologia como recurso para o processo de ensino aprendizagem, facilitando as habilidades de aprendizagem dos mesmos (ROCHA, 2009).

Nesta perspectiva, as famílias e sociedade precisam adequar as necessidades das pessoas com deficiências, dividindo o espaço com igualdade, respeito, aceitação à diferença, pois se sabe que ainda não estão preparados para desenvolver uma educação de qualidade.

Em relação à metodologia, apresenta a pesquisa bibliográfica como apoio teórico. A pesquisa bibliográfica é um trabalho investigativo minucioso que busca conhecimento através de uma revisão bibliográfica com coletas de material em revistas, livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes, sobre um determinado assunto, sendo que o atual assunto é relatos de vivência (PIZZANI, 2012). E pesquisa de campo com questionários apresentados a alguns professores que trabalha na escola da comunidade. Sendo contemplados resultados positivos para a pesquisa.

O trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro abordará histórico da pessoa com deficiência no século passado. No segundo breve contexto da comunidade da 10 KM 30 Brasil Novo – Pará, onde descreveremos alguns tipos de deficiências baseado nas crianças e adolescentes da pesquisa. No terceiro capítulo relatos da pesquisa de campo, e por último a conclusão por entender que é importante expressar o aprendizado e o ponto de vista da autora.

2. Referencial teórico

Contexto Histórico da Pessoa com Deficiência

Ao analisarmos o contexto histórico da pessoa com deficiência, vimos que no século passado, em vários países tiveram comportamentos bem parecidos com pessoas necessidades educacionais especiais NEE que eram vistas como anormais para a sociedade.

Segundo Garcia (2011), os arqueólogos do Egito acharam vestígios na arqueologia humana de pessoas com deficiências que viveram no século passado e que a sociedade avalia a deficiência em dois momentos, a que era nascida e a que adquiria através de acidentes. Na cultura da época, as populações sujeitadas ao militarismo. E quando, a pessoa contribuía com o Estado vindo da guerra com algum tipo de deficiência era aceito pela sociedade, mas se a criança nascesse com deficiência e que depois de avaliado pelas pessoas consideradas sábios,

eles percebendo que aquela criança não iria contribuir com a sociedade, esse bebê teria que ser morto. A família não teria o direito de defesa sobre essa criança, esse grupo de pessoas identificadas de sábios teria toda autonomia de lançar a criança no Apothetai (Um abismo, onde as pessoas com deficiência eram jogadas).

A história de Roma foi bem parecida com a do Egito, a família fazia a avaliação da sua criança, se percebesse que o recém-nascido tivesse algum tipo de deficiência, os pais eram aparados por lei para matar o seu filho. Nesse caso, permitia a família afogar o filho deficiente no Rio Tibre. Depois de algum tempo, Roma começou a iniciar piedade às pessoas com deficiência, por ser entender que era uma cidade religiosa e pregava a caridade através da religião. Os cristãos começaram a se preocupar com as pessoas deficientes, surgindo assim, uma fundação de espaços como hospitais e centros de atendimentos tendo como referencia a “caridade”. Esses lugares recebiam pessoas com deficiências, e também os menos favorecidos da sociedade, atendendo por princípios de novos olhares para compreensão da organização social entre seus vários aspectos cultural, político e religioso (GARCIA, 2011).

É bom lembrar que no espaço religioso teve destaque o monge espanhol Benedito Pedro que foi o primeiro educador de surdos, que dedicou grande parte de sua vida aos filhos surdos dos nobres entre o ano 1520 a 1884. Outro marco foi Charles Michel que fundou a primeira escola pública destinada a surdos. E mais tarde em Paris Valentin Haüy inaugurou o Instituto Nacional para jovens cegos, um espaço onde os jovens ficavam morando por um tempo, o sistema era aplicada a metodologia da Alternância, um tempo no Instituto e outro no ambiente familiar. (BELTHER, 2017).

No século passado a pessoa com deficiência era um incômodo para a sociedade. Logo o padrão de perfeição não poderia estar diferente, esse tipo de comportamento se estendeu por vários países, de certa forma a Pessoa Deficiente não tinha espaço na sociedade, sendo considerados inválidos e incômodos para as famílias e sociedade. Para a sociedade da época a dominação de espaço geográfico se dava por medição de força e religiosidade, ter deficiente na sociedade era prejuízo, sendo assim seria melhor eliminá-los.

O deficiente é sempre o sobrevivente, o que escapou de um cataclismo, de uma catástrofe que já se produziu e que nos ameaça interiormente, que nós podemos acontecer. O deficiente constitui uma figura de negação violenta que desencadeia as nossas negações (FÉDIDAS, 1984, p. 145).

De acordo com Fédida, a pessoa com deficiência tanto no século passado quanto neste tem sido negado pela sociedade, mesmo que as leis afirmam seus direitos, ainda assim sofrem grandes preconceitos tanto no ambiente familiar quanto na sociedade.

O mundo começou a se modificar e inserir a pessoa com deficiência, dando maior convicção, a partir da conferência que aconteceu cidade Espanhola de Salamanca, nesta conferência passaram três dias discutindo sobre a pessoa com deficiência, sendo assim surgiram documentos que é referencial para todos os países e os princípios da Declaração de Salamanca (1994) é:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Nesta perspectiva, o Brasil começa a exigir que a Lei que garante o direito da Pessoa com Deficiência seja inserida no contexto educação.

Educação Especial no Brasil

No Brasil, só a partir da segunda metade do século XIX que a educação especial começa a se destacar, com o Instituto de meninos cegos. Era como se fosse um convento ou asilos, sendo locais fechados. As famílias levavam os filhos com necessidade educacional e especiais para esse espaço para mesmos desenvolver suas habilidades. As pessoas eram levadas pelos seus parênteses, como uma forma de tirar do contexto social (FÉDIDAS, 1984).

Depois de três anos surge o Instituto Nacional da Educação de Surdos, já na década de 60, ocorreu muitos movimentos das classes que se sentia excluído, ou seja, as pessoas que estavam vulneráveis, a través dos movimentos com pessoas marginalizada e excluída da sociedade que começa a da mais importância, assim criaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (BELTHER, 2017).

A Constituição de 1988 já afirmava leis que amparava a Pessoa com Deficiência, podendo ser apreciada no Art. 208, quando: Garante o atendimento educacional às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A política Nacional de Educação especial orienta o processo de Integração Institucional.

Com o passar dos anos surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, Lei nº 4024 de 20 de dezembro do mesmo ano. A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e a Lei 9.394 de 20 dezembro de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) chama a atenção para os direitos da Pessoa com Deficiência e a história começa a mudar, sendo destaque em três momentos importantes para a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, segundo (BELTHER, 2017):

✓ No ano de 1961, a terminologia era identificava a Pessoa com Deficiência como “Excepcionais”, na primeira LDBN, nesse início começou a surgir os direitos e a atenção para as pessoas em destaque, porque houve grandes influências dos movimentos sociais pro dos direitos humanos, embora exista certa vagueza ao sugerir um sistema geral de educação, foi possível chamar a atenção para a educação.

✓ Depois de 10 anos, no ano de 1971 a LDBN houve alterações, por entender que não oferecia atendimento adequado há população com deficiência, sendo assim surge à nova LEI 5.692/1971, fazendo novas alterações para contemplar melhorias a essas pessoas. Na época também mudou a terminologia que agora era chamada de “Deficiências Físicas ou Mentais e Superdotadas”, essas mudanças deu ênfase a questão do tratamento especial.

✓ Já no ano de 1996 surgem novamente alterações na LDBN alterando novamente a terminologia “Portadores de Necessidades Especiais”, restaurando a valorização as pessoas com deficiências. Nesse ano houve alteração por causa da influencia da Declaração de Salamanca (1994), prevalecendo durante 14 anos.

✓ O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CNADE, através da portaria nº 2.344 de novembro do ano 2010 da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da Republica, entende que a pessoa que tem deficiência não carrega a deficiência, mas nasce com a pessoa ou adquire a doença, então se altera novamente a terminologia, que antes o termo era “Pessoas Portadoras de Deficiência” e passa para “Pessoas com Deficiência” que prevalece até os dias atuais.

As mudanças terminológicas foram acrescidas pelos especialistas, por entender que seria necessário para valorizar a pessoa com deficiência neste século.

Nesta perspectiva, a política de inclusiva veio a ganhar mais espaço no contexto social, garantido a inclusão escolar e uma educação igualitária a todos os indivíduos da sociedade que se apresentam e se encontram excluídos por ter algum tipo deficiência

A Declaração de Salamanca: Um movimento Mundial em ação devido à inquietação que a exclusão do portador de deficiência causava nos países da Europa, e também para reafirmar o direito de educação para todos, em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação, encontro patrocinado pelo governo espanhol e pela UNESCO, conhecida na história da Educação como a “Declaração de Salamanca” (MOSQUERA, 2004, p. 26).

A Declaração de Salamanca tem como princípios da inclusão, a inserção da pessoa com deficiência nos espaços escolares, proporcionando a igualdade a todos com convivência em uma sociedade, valorizando as pessoas que tem algum tipo de deficiência.

Declaração de Salamanca afirma que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas de desfavorecidas ou marginalizadas (1994, p. 17).

Compreende-se que a Declaração de Salamanca reforça o direito da criança no espaço escolar, todos tem direitos iguais, não importa qual é a sua diferença, é válido para as escolas da zona rural e urbana.

No ano de 1999 surge a Lei nº 7.853, reafirmar o direito as pessoas com deficiências, sendo considerado crime quando a instituição escolar recusa, suspende ou não tem dado o suporte necessário para que o alunado possa frequentar a escola, sendo válido para qualquer tipo de deficiência, cabe à escola se adequar a necessidade do educando (BRASIL, 1999).

Aqui temos dois momentos, um é quando a Declaração de Salamanca afirma que a escola deve acolher as crianças que são deficientes, já a lei vem e obriga a sociedade brasileira inserir, garantir o direito da pessoa com deficiência, caso a escola negue é subentendido como crime, mas essa alteração com obrigatoriedade nasce a partir das discussões da Declaração de Salamanca.

Em julho de 2015, foi instituída a Lei brasileira de inclusão de pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sob o nº 13.146 a qual visa à inclusão social e cidadania, através da promoção das liberdades basilares e do exercício dos direitos das pessoas com deficiência, não apenas assegurando, mas buscando, quando verificada violação ou qualquer tipo de ameaça aos direitos da pessoa com deficiência, cabe a todos e qualquer cidadão levar a conhecimento das autoridades competentes (CUNHA, 2017).

Educação Especial no Município de Brasil Novo

O Município de Brasil Novo é herança da colonização a partir da política do governo nos anos 70, onde fez grandes investimentos para povoar essa região, conquistando várias famílias de outras regiões com o tema “homem sem terra e terra sem Homem”. O objetivo principal do governo Emílio Garrastazu Médici era criar a BR 230 para ter uma estrada pra escoar os recursos dessa região. E assim, a educação se faz necessário para garantir aos filhos dos colonos e funcionários que morava na agrovila. Entretanto, não existia formação educacional para os professores, e não se esperava ter que atender crianças com deficiência, a política dessa época era fragmentada, não tinha nada a oferecer á essas crianças. Nos anos 1985 a 1990 aproximadamente, existia uma casa velha onde tinha uma professora despreparada e sem conhecimento nenhum, ela afirma que recebia as crianças e tentava ajudar alguns na medida do possível, outros momentos era mais como cuidadora. Passaram-se alguns anos deixou de existir esse espaço na localidade.

Antigamente, as crianças eram chamadas de deficientes e eram atendidas em salas ou escolas diferenciadas, separadas das escolas para alunos normais (ARANHA, 2004). Alguns anos depois os rumores sobre a inclusão era grande, mas ninguém se preocupou em buscar formação para contemplar essa diversidade. No Brasil Novo tem uma demanda muito grande de crianças com deficiência tanto na educação infantil quanto no fundamental e percebe o despreparo por parte dos educadores para atender essa diferença social no processo educativo.

O município de Brasil Novo tem aproximadamente 25 escolas, contemplando a educação infantil e ensino fundamental, e só existem duas salas de recursos multifuncionais que atende as escolas na zona urbana e alguns encaminhamentos da zona rural. As duas professoras que trabalham na Escola Brasil Novo e Teresinha Back têm formação, atender as crianças que tem deficiência, em horários marcados, ambos tentam acompanhar as crianças em sala de aula normal e com as famílias.

Nas salas de multifuncional, as professoras habilitadas na área, afirma que detectadas várias deficiências em crianças, mas que é muito difícil, a família não ajuda ou não aceita, logo fica difícil de trabalhar com as mesmas sem laudo médico, pois não poderá exigir do poder público, algo mais abrangente, como cuidadoras ou materiais didáticos para ajudar.

As escolas da zona rural não têm salas multifuncionais, nem tão poucos professores com formação para atender esses educandos, quando necessitam de alguma ajuda é encaminhado para essas duas salas existentes no município, sendo que uma está situada em

uma E.M.E.F. Teresinha Back do 1º ao 5º ano e a outra na E.M.E.F. Brasil Novo do 6º ao 9º ano.

Ao acompanhar a rotina de uma escola, constata-se que o professor enfrenta uma avalanche de modificações que deixam inseguros, ansioso e desequilibrado com a inclusão escolar. A formação de professores deixa a desejar para atender o público de pessoas com deficiências, sendo um agravante em todas as escolas.

Observa-se que existe muita política de ação para a melhoria das práticas do professor, mas quando o assunto é inclusão no espaço escolar não se acha formação continuada adequada e o número de alunos só tende a crescer.

De acordo com o Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que afirma ter nos cursos de licenciatura a disciplina de libras e no Art. 3º afirma que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudióloga, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Sendo assim a disciplina de libras em licenciatura é uma obrigação inseri-las, mas só existem pessoas deficientes surdas? Vamos preparar os professores só pra contemplar essa ineficiência?

A grade curricular obriga os cursos de licenciatura contemplar essa formação aos futuros professores que estão cursando um ensino superior, mas é muito pouco para preparar os professores pra esse mundo novo que é a educação inclusiva.

O fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores com uma orientação inclusiva de atuação profissional.

É preocupante, pois os alunos bem ou mal estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aula se diversificam, embora, evidentemente, não no ritmo desejado (SILVA. 2003).

A realidade de nossas escolas são salas com alunos de diferente deficiência, os professores recebem seus alunos e constrói a sua própria prática pedagógica, se é certo ou

não, não se sabe, faz o possível para oferecer o melhor, lembrando que além desses alunos com deficiência a sala tem outros alunos que de certa forma aparenta dificuldades de aprendizados.

Necessitaria de uma formação continuada para todos os professores com qualidade e mais tempo, poderia ser uma que tivesse uma com a política de ação como o PNAIC, onde existissem encontros e construção de material dos meses, e que pudesse contemplar ensino aprendido significativo para os alunos com deficiência, independente da sua especificidade, a escola deve ser um espaço de aflorar as habilidades a partir da prática do professor.

3. Metodologia

Delineamento da pesquisa de campo

O trabalho apresentado tem como princípio norteador pesquisa de cunho bibliográfico e pesquisa de campo, na abordagem qualitativa, que refere-se a uma área que abrange vários espaços sociais, dando espaço para as ciências humanas e sociais estarem inseridas no contexto, assumindo estudos de fatos reais a partir de análise com teorias e assim poder apresentar.

Nesta perspectiva, Chizzotti (2003, P. 2) afirma que,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, ao autor interpretam e traduzem em um texto zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Mediante a argumentação de Chizzotti, quando se trata de pesquisa qualitativa se refere a buscar informações de um determinado assunto com pessoas, comunidade, onde pode ser buscar informações de determinado assunto e depois fazer estudos a partir de fundamentações científicas, desenvolvendo um trabalho de interesses de pessoas com mais intensidade do que extensão, sendo destaque a participação, comunicação e aprendizagem da pessoa envolvida no trabalho realizado.

Para Mattos (2008, p. 3) a pesquisa de campo,

É o tipo de estudo que é feito na própria realidade, ambiente ou situação onde os fatos ocorrem naturalmente. A pesquisa de campo contempla pesquisa-ação porque se propõe a uma ação deliberada visando uma mudança no mundo real, seja de atitudes, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos, comprometida com um campo restrito; É um processo de controle sistemático da própria ação do pesquisador, estudo que envolve alguma forma de intervenção, exprimindo um sistema de valores, uma filosofia de vida, individual ou coletiva.

A pesquisa de campo é o tipo de estudo que é feito na própria realidade, ambiente ou situação onde os fatos ocorrem naturalmente. A pesquisa de campo contempla pesquisa-ação porque se propõe a uma ação deliberada visando uma mudança no mundo real, seja de atitudes, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos, comprometida com um campo restrito; É um processo de controle sistemático da própria ação do pesquisador, estudo que envolve alguma forma de intervenção, exprimindo um sistema de valores, uma filosofia de vida, individual ou coletiva (SILVIA, 2003).

De acordo com a citação, pois a pesquisa aqui apresentada contempla ação dos professores da rede municipal, quer seja individual ou coletiva, por entender que o profissional da educação é responsável por ofertar conhecimentos de valores que se utiliza na vida pessoal quanta sociedade.

Localidade da pesquisa

A pesquisa foi realizada na comunidade da Vicinal da 10, Agrovila São José, Município de Brasil Novo – Pará. A comunidade está localizada no limite territorial da cidade de Brasil Novo, na Rodovia Transamazônica.

4. Resultados e discussão

Os sujeitos da pesquisa foram: quatro pais de crianças com deficiências e quatro professores da Escola Pública da Comunidade.

A pesquisa contou com quatro pais participante, sendo identificados no desenvolvimento da pesquisa como: pai 1, pai 2, pai 3 e pai 4. Todos os pais entrevistados têm filhos com deficiências, alguns têm laudos médicos e podem comentar sobre o tipo de deficiências, mas outros não têm buscado este conhecimento. Também foram entrevistados

quatro professores que trabalham ou que já trabalharam nesta comunidade, sendo identificados como: professor 1, professor 2, professor 3, professor 4.

No Quadro 1 apresentam-se as principais características dos entrevistados:

Identificação	Escolaridade dos pais
1º pai:	O pai afirma que só estudou até a segunda série, pois na época as coisas eram difíceis e a não tinha condições e não davam importância para o estudo, hoje tem 70 anos de idade.
2º mãe:	A mãe estudou até a 7ª série, mas com as dificuldades financeiras e o trabalho com os filhos teve que parar, hoje tem 30 anos de idade, ela diz que pretende continuar os seus estudos.
3º mãe:	Essa mãe diz que na época era muito difícil o estudo e que quem estudava até a 4ª série era o suficiente, então estudou até essa série e logo casou e vieram os filhos, então teve que cuidar, hoje tem 55 anos de idade e mora na mesma comunidade.
4º mãe:	Essa mãe fala que era só para ler e escrever então ela fez isso estudou até a 2ª série e assim bastava, logo casou teve filhos e as obrigações eram mais importantes, hoje tem 50 anos de idade.

Fonte: pessoal da autora

O Quadro 2 mostra os dados dos professores:

Identificação	Formação e tempo de trabalho dos professores
Professora 1:	A professora estuda Pedagogia e terminará em 2019, a mesma já tem quatro anos que trabalha nesta comunidade, e afirma que pretende terminar essa licenciatura e continuará a fazer uma especialização.
Professora 2:	Essa professora em sua entrevista afirma que tem formação de Licenciatura em Pedagogia, ama a profissão e mora na comunidade, e já trabalha na educação a 5 anos.
Professora 3:	Já esta professora estuda Educação no Campo ofertada pela Universidade Federal do Pará, onde foi classificada no processo seletivo para a turma que está inserida no município de Brasil Novo, estará se formando neste ano de 2018. Ela fala que trabalhou 6 anos nesta comunidade.
Professor 4:	Já Este Professor, Hoje Faz Parte Do Quadro De Funcionário Do Município Como Diretor E Orientador Dos Professores Da Zona Rural, Mas Já Trabalhou Muito Tempo Nesta Comunidade Como Professor E Agora Contribui De Forma Diferenciada, Apoiando E Ajudando A Escola A Desenvolver O Trabalho No Processo De Ensino Aprendizagem, O Mesmo Afirma Que Trabalhou 10 Anos Como Professor, Terminou O Curso De Licenciatura Em Pedagogia No Ano De 2018.

Fonte: pessoal da autora

Instrumentos e Materiais:

Foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura e concordância dos participantes, e dois questionários semiestruturados, um com sete questões cada para os professores e outro com nove questões para os pais.

Procedimento de coleta e análise dos dados:

Precisamente sobre a pesquisa, necessitou de pessoas para contemplar as informações para o desenvolvimento do objeto de estudo as pessoas são os pais. As pessoas que foram entrevistadas são da comunidade do km da 10. Antes de aplicar o questionário, fui à casa dos pais das crianças com deficiência e perguntei se poderia contribuir com uma pesquisa para o trabalho de conclusão do curso. Então, todos os pais e professores escolhidos na Escola da Comunidade aceitaram colaborar, dando as informações que aqui são apresentadas.

Pais e professores foram entrevistados nas próprias residências em dia e horários previamente acordados. No ensejo da pesquisa, os TCLEs foram assinados e os pais falaram das dificuldades e barreiras encontradas para manter os filhos com deficiência na escola e o porquê que não estão indo mais à escola. Quanto aos professores, estes fizeram suas considerações sobre a temática investigada.

Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2006) que descreve a análise de conteúdo consistindo em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Os dados serão apresentados no formato de perguntas e respostas a fim de facilitar a compreensão da pesquisa de campo. Primeiramente apresentam-se os dados dos professores e na sequência a dos pais:

- 1) Para você o que é inclusão social de pessoa com deficiência?

Professora 1: *“É o direito que toda pessoa com deficiência tem de viver em sociedade sem sofrer nenhum tipo de preconceito ou exclusão das outras”.*

Professora 2: *“Quando fala, os de inclusão social, acreditamos num ambiente onde não há exclusão”*.

Professora 3: *“A inclusão social é você ter suporte para garantir o aprendizado de pessoas com deficiência. Ela ser aceita da maneira como ela é e ser respeitada de maneira que ela tenha seus direitos atendidos”*.

Professor 4: *“Inclusão social é nada mais que ações que garantem a todos na sociedade uma participação igualitária, sem distinção de cor, raça, razão social, credo religioso, condições físicas, etnia, gênero e orientação sexual. Em se tratar de pessoas com deficiência, é comum ver na sociedade esse grupo sendo excluído de diversos âmbitos, tanto por falta de acessibilidade bem como por falta de profissionais para garantir o melhor envolvimento dos mesmos na sociedade, no mercado de trabalho, mesmo é difícil encontrar pessoas trabalhando, e quando se tem é pra cumprir pré-determinadas por lei”*.

Mediante as respostas dos professores, percebeu-se que todos têm conhecimento acerca da inclusão escolar, e segundo Noronha (2012, p. 3) a educação inclusiva:

É um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Nesta perspectiva, o autor contemplou o que os professores descreveram em suas respostas, nada mais do que a partir da política inserida pelo poder público garantir às pessoas com deficiências os seus direitos de ir e vir quando quiser, socializando, aprendendo e ensinando a sociedade que o corpo e a mente podem até diferenciar dos ditos normais, mas cabe destacar que todos os seres humanos de certa forma contribuem para que a sociedade tenha limites e respeito uns pelos outros em uma ação humanitária, contribuindo para que todos possam viver em paz.

2) Na escola em que você trabalha tem alunos com algum tipo de deficiência? Tem-se qual?

Professora 1: *“Sim, baixa visão, imperativíssimo”*.

Professora 2: *“Tem sim”*.

Professora 3: *“tem sim, Síndrome de Down, autismo, imperatividade, distúrbio mental”*.

Professor 4: *“Hoje trabalho como coordenador pedagógico na área rural do município de Brasil Novo, porém no ano de 2010, trabalhei com uma turma de 1ª série dos anos iniciais na escola no km 30 Vicinal 10, onde tinham 14 alunos da mesma turma sendo 7 com algum tipo de deficiência e 7 ditos normais. Os 7 com deficiências tinha dois desses alunos com síndrome Down, três (irmãos) eram deficiência intelectuais, um intelectual múltiplo (mental, físico e baixa visão) e um intelectual adquirido”.*

Todos os professores afirmaram que já tiveram experiência com alunos deficientes.

No ano de 1999 surge a lei nº 7.853 para reafirmar o direito as pessoas com deficiências, sendo considerado crime quando a instituição escolar recusa, suspende ou não tem dado o suporte necessário para que o alunado possa frequentar a escola, sendo válido para qualquer tipo de deficiência, cabe à escola se adequar a necessidade do educando, de acordo com que está previsto na Declaração de Salamanca (1994), aqui resumindo a função dos direitos humanos abrange uma grande dimensão sob a exigência do direito de estar em sala de aula do ensino regular, independentemente de estar matriculada em rede de ensino especial, no sentido de que a criança alcance, se não, o ensino escolar, mas, participe do processo de socialização/convívio social (BRASIL, 1994).

Quadro 3- Tipos de deficiência por professor investigado.

Quantidade	Tem aluno com deficiência	Qual?
Professora 1	Sim	Baixa visão, hiperatividade.
Professora 2	Sim	
Professora 3	Sim	Síndrome de Down, autismo, hiperatividade, distúrbio mental.
Professor 4	Sim	Síndrome Down, deficiência intelectual, um intelectual múltiplo (mental, físico e baixa visão) e um intelectual adquirido.

3) Os pais desse aluno são presente na escola? Contribuem para o aprendizado do seu filho?

Professora 1: *“Não”.*

Professora 2: *“Alguns sim, outros não”.*

Professora 3: *“Não. Não vinham na escola”.*

Professor 4: *“É muito importante que os pais dos alunos com deficiência acompanhem seus filhos, dos 7 alunos que acompanhei somente os pais dos alunos com Síndrome e os pais do aluno com deficiência intelectual múltipla, além de acompanharem seus filhos eles*

contribuíam na escola para a formação dos mesmos, dando assistência na elaboração dos projetos e cobrando o envolvimento dos filhos em tudo”.

Quando falamos da participação dos pais na escola cabe destacar que este vínculo escola e família contribuem muito no processo de ensino aprendizagem da criança, mesmo sendo deficiente, a afetividade entre escola e família passa convicção ao educando (SZYMANSKY, 2001).

A família e a escola unidas geram uma série de benefícios em relação ao processo de aprendizagem e na troca de informações sobre o educando, no desenvolvimento do indivíduo na escola e no ambiente familiar. Essa relação possibilita entender como o indivíduo age, dentro e fora da escola, proporcionando uma aprendizagem mais eficaz e significativa (Polônia; Dessen, 2005).

Para Tavares e Nogueira (2013), a família e a escola sempre foram marcadas por divergências ao longo da história, e atualmente essas divergências são um desafio a ser superado por cada uma. Continuaram as autoras salientando que: “a escola é uma instituição que se propõe a formar cidadãos, torna-se necessário construir uma relação de diálogo, para que exista entre família e escola uma troca de saberes”. E, como em qualquer relação, é necessário que exista compreensão.

Já Polônia e Dessen (2005, p. 304) ressaltam que “quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas”. E destacam ainda que quando há uma boa interação entre família e escola, haverá um quadro evolutivo na aprendizagem, na formação social, na afetividade e até na personalidade.

Nesse contexto, a participação da família na escola possibilita uma melhora no desempenho escolar dos educandos, independente que sejam crianças ditas normais ou crianças com deficiência, pois a família tem uma responsabilidade e a instituição escolar tem outras, ambas completam a formação do ser humano e prepara para a vida, mas as duas tem função diferente e uma precisa da outra para ofertar o bom desenvolvimento cognitivo de um ser humano e prepará-lo para a vida em sociedade.

4) Você está apto pra trabalhar com alunos especiais?

Professora 1: “*Não*”.

Professora 2: “*Só o básico*”.

Professora 3: “*Não. Não tive nenhuma qualificação, nem um curso que me proporcionasse trabalhar com essas crianças*”.

Professor 4: *“Na época por falta de profissionais adequados e por não ter profissionais licenciados que tenham afinidades com alunos com deficiência fui convidado a ministrar aulas nessa turma, estava começando no curso de pedagogia do programa PARFOR, tive muitas dificuldades, mais contava com uma auxiliar para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, porém a mesma também não tinha curso específico para trabalhar com esse público”.*

Todos os professores afirmaram não estar preparados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão de pessoas com deficiência tem sido discutida e ofertada nas instituições educacionais desde alguns anos, mas hoje ainda é muito pequeno o número de docentes aptos a receber esses alunos, ora por não ter conhecimento, formação ou até mesmo comodismo da parte do professor (a) (NASCIMENTO, 2009). Na escola dessa comunidade os professores não são diferentes das outras escolas, não sabe como lidar com as crianças com deficiência, tem muitas dificuldades.

Segundo Nascimento (2009, p. 9),

A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência.

O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas (NASCIMENTO, 2009, p. 9).

Na visão do autor, mesmo que a instituição não ofereça formação, entende-se que o professor (a) deva buscar conhecimentos, pois é ele que tem que preparar-se para poder estar apto para receber os educandos, uma vez que conhece os seus deveres na profissão em que está inserido. Diante disso, a formação continuada é necessária para os professores, porque todos os dias eles têm desafios para entender e atender a sociedade, sendo ela que reflete o espaço escolar, esses problemas dificultam o desenvolvimento da instituição.

Nascimento (2009) destaca-se que os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam que tipos de estratégia devem ser considerados para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Sendo assim, é através de formação para os envolvidos no contexto educacional que o espaço educacional vai se preparar para a atuação com a diversidade dos educandos no

cotidiano da escola. É importante que os educadores reflitam sobre a sua prática, de forma a melhor e atuar com as diferenças que se fazem presentes no seu cotidiano, entre as quais decorrem sobre a pessoa com deficiência.

5) Você como parte da escola, tem se preocupado com outras crianças com deficiência que não estão inseridos na escola? O que tem feito para que eles venham participar da escola?

Professora 1: *“Sim. No momento não”*.

Professora 2: *“Tenho sim”*.

Professora 3: *“Sim. Perguntava aos pais porque os filhos não iam pra escola”*.

Professora 4: *“Nessa comunidade o número de crianças com deficiências é muito grande e por ser uma escola pequeno porte e na área rural os alunos não tem um contra turno nas turmas de atendimentos educacional especializado, mas como parte integrante da comunidade e da escola estamos sempre fazendo visitas as casas dessas pessoas para que não deixem de matricular seus filhos”*.

Percebeu-se que somente um professor apresentou-se ativo na busca de manter os alunos frequentando a escola. Então, todos têm se preocupado com as crianças que não estudam, muito embora não demonstrem ações para minimizar esta problemática.

6) A escola em que você trabalha tem alguém para dar assistência (orientação) aos professores que têm alunos com deficiência?

Professora 1: *“Sim. O coordenador pedagógico”*.

Professora 2: *“Sim. O coordenador pedagógico”*.

Professora 3: *“Não”*.

Professor 4: *“No município temos uma coordenadora de AEE, que conta com uma equipe específica para dar assistência tanto na área urbana quanto na rural, claro que é bem escassa as visitas, nesse caso o professor leva a demanda até a equipe e eles fazem as visitas de diagnóstico e depois com os resultados em mãos fazem a intervenção”*.

Três professores afirmaram receber assistência e suporte para o trabalho com alunos com deficiência. A comunidade da Agrovila São José não tem nenhum profissional habilitado para ajudá-los, onde na medida do possível uns ajudam o outro, quando a comunidade necessita de especialista ou material didático especializado. Assim, os professores procuram o coordenador, assim ele agenda um horário para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) da cidade, mas as famílias não têm interesse, pois é longe e nenhum tem transporte.

De acordo com os professores, a ausência de pessoas especializadas para o atendimento dos alunos com deficiência tem dificultado e desanimado as crianças com deficiência desta comunidade. As deficiências são diversificadas, no entanto pode-se caracterizar como um obstáculo grande para a comunidade, logo o crescimento desses educandos no contexto escolar não acontece como se deve mediante a lei que ampara os direitos da pessoa com deficiência.

A LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996, Art. 58, estabelece que educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, e no §1º afirma que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. Então, a inclusão de pessoas no ambiente escolar está amparada pela lei e qualquer família com criança, adolescente ou adulta que tenha algum tipo de deficiência pode inseri-lo na instituição escola para estudar e assim também se socializar com a comunidade escolar.

7) A estrutura física da escola em que você trabalha está preparada pra receber alunos com deficiências?

Professora 1: “*Não*”.

Professora 2: “*Sim, só quer segundo os pais, os filhos não querem ir pra escola, também falta ter uma boa estrutura, e os professores serem capacitados para receberem os alunos*”.

Professora 3: “*Não*”.

Professor 4: “*Na área rural é muito difícil encontrar escolas que estejam 100% aptas a receber alunos com deficiência, na realidade as escolas se adaptam conforme a matricula de alunos com algum grau de deficiência, o que é errado, pois as escolas já devem estar preparadas para receber esses alunos, mas a escola no qual trabalhei de certa forma já está preparada para receber alunos com algumas deficiências tem rampas de acesso formações semestralmente enfim*”.

De acordo com as respostas dos professores não há espaços plenamente adaptados os alunos com deficiência no município. A comunidade tem uma escola bem organizada, pois tem se preocupado dar o melhor para seu público, mas ainda deixa a desejar tanto no espaço físico e a formação dos profissionais para atender as pessoas com deficiência. Entende-se que o aperfeiçoamento nas metodologias dos professores em sala de aula e a garantia de que essas

demandas de alunos com necessidade educacional especial estejam desenvolvendo suas habilidades de acordo com a deficiência de cada um.

A escola da comunidade são José, tem acessibilidade em banheiro para cadeirantes, tem feitas melhorias para atender o público de pessoas com deficiências mesmo sendo um espaço na zona rural. Tem- se preocupado de ofertar melhorias às pessoas com deficiências, mas ainda falta muito para atender todos como se é garantido pela lei 10.098, chamada Lei de acessibilidade.

Outro fator importante para se fazer uma análise é a prática metodológica dos educadores e os apoios pedagógicos para desenvolver atividades adequadas a cada um educando especial, assim fará com que o aluno seja valorizado e proporcionará uma inclusão digna a cada um com aprendizados significativos a sua vida.

Aranha (2004, p. 04) afirma que: “o não investimento da escola aos educandos especiais, faz com que eles não frequentem a escola”. Continua dizendo que:

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

Mediante a fala deste autor, acredita-se que esta comunidade a qual se desenvolve a pesquisa tem muitas crianças com deficiências, mas muitas preferem se isolar da comunidade e da escola.

O Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial (2006, p. 14) destaca que:

A escola deverá preparar-se para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física. Para isso deve por meio de uma ação conjunta promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, promovendo a adaptação de mobiliário e produzindo materiais didático-pedagógicos adaptados para esses alunos, de acordo com suas necessidades educacionais.

Nesta visão, a escola tem que se adequar a todas as necessidades das pessoas especiais que estejam inseridas no espaço escolar, logo cabe às autoridades ofertar os direitos a essas pessoas, produzir o material didático é encargo do professor e pedagogo se adequarem para ofertar um ensino de qualidade, onde a pessoa com deficiência consiga interagir com os

conteúdos de habilidades das matrizes curriculares que atenda a sua necessidade educacional especial.

Entrevistas com os pais

1) Quando a sua filha ou seu filho nasceu você percebeu que ele (a) era deficiente? Como reagiu?

Pai 1: *“Não percebi. Deu pra perceber só quando a criança tinha 07 anos. Não podia fazer nada, pois tinha que me conformar, pois era a vontade de Deus, não podia ficar desesperada ou reclamando. O amor por ele é igual como se fosse um filho sadio ou até mais”.*

Mãe 2: *“Sim, eu fiquei mesmo tranquila porque é difícil a gente ter três filhos com deficiências”.*

Mãe 3: *“Não, ele adoeceu com treze anos, pegou meningite, quando aconteceu à primeira vez ele caiu e deu epilepsia levei para hospital e sabia que tinha que cuidar dele eu mesma”.*

Mãe 4: *“Sim percebi, eu fiquei assustada, era muito nova e não tinha cabeça como hoje”.*

Nas respostas dos pais, dois afirmaram que perceberam logo no início as suas diferenças, mas os outros dois só perceberam com o tempo a partir do desenvolvimento dos seus filhos.

Alguns dos pais das crianças com deficiência descrevem que recebeu a notícia do seu filho ou filha como algo normal, mas sabe - se que não é fácil “aceitar”, “compreender”, “mudar” e ver seus filhos sendo dependente deles pelo resto da vida. “A aceitação, a compreensão, a mudança e a maturidade virão como tempos se derem à família o respeito, a dignidade e os direitos que acompanham sua condição humana, essas crianças terão algumas habilidades desenvolvidas” (BUSCAGLIA, 2006).

A família é a base de tudo, é o vínculo eterno do amor e da compaixão, da amizade mais pura e do entregar-se sem cobranças, principalmente no que se refere à vivência e à troca do amor entre mães e filhos com deficiência, o que gera sentimentos e reações próprias, como superação e coragem, ao enfrentar as intempéries das situações vivenciadas de maneira diferente, haja vista que se a carência gera a competência, o sofrimento gera a capacitação (GUERRA, 2015).

2) Você sabe que tipo de deficiência o seu filho têm?

Pai 1: *“Não, só problema da mente, é igual criança. A mente deles não desenvolveu como a de um adulto, toda vida a mente é criança”*.

Mãe 2: *“Ela tem Síndrome Down”*.

Mãe 3: *“Ele tem epilepsia e pressão alta”*.

Mãe 4: *“Ela tem distúrbio de comportamento, epilepsia, distúrbio de agressividade”*.

Acredita-se que os pais só tiveram a certeza do tipo de deficiência dos seus filhos, quando diagnosticado por médicos, então, hoje afirma com essa convicção.

Apenas um dos pais afirmou com certeza e segurança o diagnóstico do filho, ao contrário dos demais que não souberam precisar. Quando uma família se prepara para ter um filho, sabe que pode vir uma criança com alguma deficiência, mas ninguém espera que isso venha acontecer. Acredita-se que a nossa sociedade tem ofertado muitos benefícios no que se entende por saúde e direitos sociais, mas isso é pouco para uma família que tem filhos com deficiência, a rejeição e até mesmo ter o que a Constituição Federal garante é quase impossível.

Muitos dos pais têm filhos com deficiências e muitas vezes não conhecem as causas e o porquê de seu filho ter nascido ou ficou com deficiência, são pessoas muito simples e acham quase normal em suas falas, mas mesmo assim tem tido comportamentos como os citados por BUSCAGLIA (2006, p. 77) como:

Os pais de deficientes também sentem vergonha, sentimento esse mais centrado nos outros do que a culpa. Aqui, a preocupação é com as atitudes das outras pessoas. “O que os outros vão pensar?” “O que vão dizer?” Os pais sabem que amigos e parentes lhes apontarão o dedo, ridicularizarão e os acusarão de ter agido mal. Assim como nós, eles devem ter uma idéia vaga e imprecisa das causas da deficiência.

As leis são bem explícitas quanto aos direitos da pessoa com deficiências, elas devem ser inseridas na instituição escolar, entre tantos outros direitos, mas muitas vezes a sociedade exclui as pessoas com deficiências ou até mesmo sente pena, nojo, expressa comportamento de rejeição, como se fosse culpa da pessoa ou das famílias. Ainda encontram muitas famílias, mesmo século XXI ainda escondem seus filhos da sociedade, deixando de exigir do poder público o direito para seus filhos.

O primeiro pai afirma que seu filho tem “problema de mente”, mas que problema é esse?

A Sociedade Brasileira de Psiquiatria afirma que as doenças de mente mais conhecidas são: a depressão, a ansiedade, a dependência química e o transtorno bipolar, também têm os fatores genéticos e biológicos, o momento da vida na infância, adolescência, vida adulta ou terceira idade podem influenciar na incidência de doenças específicas. Fatores genéticos, associados a alterações neuroquímicas e estressores ambientais, são os principais responsáveis pela ocorrência dos quadros psiquiátricos (FÉDIDA, 2016).

Mediante as considerações do autor, faz-se acreditar que esta criança tem o problema de “mente” que a mãe afirma deve ter sido a partir dos fatores genéticos, a mesma descreve que: *“não tem laudo médico”*.

A segunda mãe afirma que sua filha tem Síndrome Down, também causada por fatores genéticos. A síndrome de Down é uma anomalia genética que pode determinar na pessoa características e patologias que, devidamente supervisionadas, não serão empecilho para uma vida saudável, útil e feliz (DÉA, 2009).

3) Em algum momento a sua filha (o) foi excluído pela sociedade?

Pai 1: *“Não, que eu saiba não”*.

Mãe 2: *“No tempo delas eu notei que tinha gente que tinha preconceitos, mas hoje não”*.

Mãe 3: *“Foi, quando adoeceu logo os amigos se afastaram dele, diziam que era doido e tinham nojo dele”*.

Mãe 4: *“Não”*.

Apenas a mãe 2 respondeu afirmativamente a existência de preconceito para com o filho. A visão da sociedade com relação às capacidades das pessoas com deficiência tem sido modificada lentamente. Hoje, encontramos melhor aceitação da sociedade perante as pessoas com deficiência, o que se deve ao aumento de informação, à mudança das leis e, principalmente, à oportunidade que nossos filhos com deficiência têm tido para mostrar seu potencial. Antigamente, o indivíduo com Síndrome de Down, por exemplo, era tratado como um deficiente mental profundo, sem produtividade e incapaz (DÉA, 2009).

Aranha (2004) Considerar que no Brasil, milhares de pessoas com deficiências, são discriminadas, tanto no espaço familiar, escolar ou nas comunidades em que estão inseridas, outras é excluído do mercado de trabalho, às vezes as empresas disponibilizam da cota de vagas, mas não preenche de forma correta. Outro agravante de exclusão é a não formação da pessoa com deficiência, ficando sem emprego por não se qualificado.

A família precisa contar com serviços de avaliação e de atendimento às crianças e adolescentes, de forma que possam frequentar os espaços comuns da comunidade desde o início de suas vidas, juntamente com seus familiares. Quando a família não conta com esses serviços, tende a se fechar e a manter a criança em casa, iniciando um processo de segregação e de exclusão já no contexto familiar (ARANHA, 2004, p. 14).

Mesmo que esses pais respondam que não tiveram preconceito ou não perceberam a rejeição, sabe – se que a sociedade desde os seus primórdios, até os dias de hoje não tem respeitado os direitos das pessoas com deficiência.

4) O seu filho (a) está incluído na escola e na comunidade onde mora? Sim ou não? Por quê?

QUADRO 4-Respostas dos pais para frequência dos filhos na escola.

Identificação	Esta inserida na escola?	Por quê?
Pai 1:	Sim	<i>“Estava inserido só o segundo filho, só que nunca mais foi à escola por preguiça dele mesmo”.</i>
Mãe 2:	Não	<i>“Ela ia pra escola, mas depois não quis ir, quando estava andando eu levava ela e trazia, mas agora eu não posso mais fazer isso”.</i>
Mãe 3:	Sim	<i>“Estava inserido na escola, mais eu tirei porque ele era muito violento, zangado e brigava batia nos meninos, pessoas assim não pode muito confiar”.</i>
Mãe 4:	Sim	<i>“Só que é assim, é difícil ela ir pra escola né”.</i>

Os pais falam que seus filhos estavam matriculados, mas que não tinham a responsabilidade de ir á escola, e a mãe 2 fala que não matriculou porque não tem condições de levar a criança. As respostas são explícitas, e afirmativas para a falta de incentivo quanto a permanências das crianças na escola, apresentam ter dificuldades de locomoção de suas casas ao espaço escola, ou mesmo deixam seus filhos decidir se quer ir ou não.

As dificuldades e os impedimentos colocados pela sociedade família e escola, dificultam a ressocialização dessas crianças e adolescentes, assim existem uns crescentes números de alunos fora do espaço escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no seu artigo 58 garante que alunos com deficiências físicas ou mentais devem receber tratamentos adequados para que se

matricule e sejam inseridos em escolas regulares, então era interessante que essas famílias tivessem mais investimentos por parte deles e da escola para que esses alunos pudessem estar frequentando diariamente o espaço escolar.

5) Em relação à escola da comunidade você acha que ela está adaptada fisicamente para receber crianças com deficiência?

Pai 1: *“Acho que sim”*.

Mãe 2: *“Não tá, falta estudar naquilo que vai ensinar. Os professores não tem treinamento”*.

Mãe 3: *“Para mim tem, eu penso que tem”*.

Mãe 4: *“Sim”*.

Três pais responderam afirmativamente para a existência de adaptabilidade do espaço escolar para receber alunos PCDs. Muitas vezes a sociedade da cidade ou mesmo no campo (zona rural), não conhece como deve estar uma escola para receber alunos com deficiência, e os órgãos públicos não têm recursos para organizar reformas e adequar a necessidade das pessoas com deficiência.

Uma escola para estar apta a receber alunos com deficiência deve ter:

“Criação de uma rede de apoio e ajuda entre escolas e professores, um projeto pedagógico garantindo adaptações necessárias ao currículo escolar com material didático especializado e recursos e equipamentos adaptados ao aluno, professores especializados em atender os educandos, adequações e adaptações na parte física e arquitetônica da escola para receber os alunos com deficiências, salas de aulas com números reduzidos de alunos, conteúdos disciplinares que devem ser trabalhados de forma a focar o acompanhamento dos alunos, adaptações e transformações do processo de avaliação e do ensino (BRASIL, 2006, p.28).”

Subentende-se que um espaço escolar deve conter pelo menos esses fatores para poder receber um aluno com deficiência e poder ofertar aulas significativas e com um conforto melhor tanto para a família quanto o educando.

Hoje na maioria das escolas brasileiras deixam a desejar quanto o preparo do espaço físico e profissional para receber esse público que tem ganhado espaço mediante as leis na sociedade, mas que não tem funcionado como deveriam ser, muitas Secretarias de educação reclamam que não têm recursos para preparar o espaço e adequar a essas necessidades.

6) Em sua opinião os professores estão capacitados para dar aulas pra essas crianças?

Pai 1: *“Bom, no caso da filha mais nova acho que não. Ela tem que ter um professor especializado para ensinar”.*

Mãe 2: *“Não tá. Falta muita coisa, falta gente treinada, não tem professor adequado, a escola está pequena e esse povo precisa de muito espaço para andar”.*

Mãe 3: *“Esse aí não sabe nem explicar. Não sei se tá ou se não tá”.*

Mãe 4: *“A escola não, porque é pra ter uma pessoa pra ajudar a professora com os alunos com deficiências”.*

Na pergunta obteve afirmação dos pais que os professores não estão preparados para receber e trabalhar com essas crianças que tem deficiências. Éramos para ter lido nas respostas que sim, sabe por quê? Ora, desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, afirma-se a integração escolar ao atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Então, já são 30 anos que temos leis que afirmam garantir esse direito as pessoas com deficiências, e, portanto ainda não temos professores preparados. De quem é a culpa? Será que são dos professores que não tem buscado formação para se aperfeiçoar? Ou será que a culpa é da política brasileira?

Cabe ressaltar o PCN de 1998 que propõe adaptações curriculares com objetivos de orientar o trabalho dos professores com alunos deficientes no sistema regular de ensino (PCN, 1988).

Segundo o PCN, as adaptações no currículo devem ser diferentes para cada necessidade em suas peculiaridades, abrangendo a todos que a necessitam, desde aqueles alunos que não possuem nenhuma deficiência, porém têm dificuldade de aprendizagem até as crianças que são enquadradas como pessoas com deficiências (PCN, 1997).

Nessa ótica cabe à escola e aos professores se adequarem as novas práticas pedagógicas para poder atender esse público, pois já não é mais novidade, tem décadas que existem as leis que amparam as crianças com deficiências no espaço escolar e o número de professores sem conhecimento é muito grande.

7) Para você o que é inclusão social de pessoa com deficiência?

Pai 1: *“Não, sei lhe responder”.*

Mãe 2: *“Não sei”.*

Mãe 3: *“Não sei”.*

Mãe 4: *“Não sei”.*

Mediante as respostas, os pais não sabem o significado da palavra inclusão sociais. Porque não conhece? Será que nunca ouviram essa fala. E a escola não orientou essas famílias

do seu direito de incluir seu filho no espaço escolar da comunidade, ou é melhor que não conheça?

Muitas vezes a escolar prefere não ter pessoas com deficiência, assim os professores não têm que se esforçar para adequar-se a esses alunos e a Secretária de Educação não precisa investir em recursos financeiros na educação inclusiva. Na Comunidade da Vicinal 10 pode-se afirmar que é uma vicinal onde encontra pessoas com deficiências e muitas delas são excluídas da sociedade quer seja na comunidade, quer seja na instituição escolar.

A inclusão social de pessoas com deficiência caminha muito devagar, muitas escolas não estão preparadas para receber esses alunos com deficiência, muitas vezes as leis existem, mas até mesmo por parte dos próprios governos que aprovam a lei, não disponibilizam de recursos suficientes para que sejam feitas as formações para os professores e as adaptações previstas por lei nas escolas (JUNIOR, 2016).

Noronha (2012, p. 3) atribui a inclusão social de pessoa com deficiência assim:

Acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais; ressignificação da educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos; buscar adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos; provisão de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola; o rompimento de barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais; formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários a sua capacitação; garantia de um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida; capacitar à escola para atender a todos os alunos; garantia de apoios e serviços.

Um espaço educacional contemplando todos os itens citados, podemos afirmar que são os recursos para uma pessoa com deficiência ser incluída de verdade com seus direitos garantidos por lei, assim cabe afirmar que deve-se ofertar a todas as escolas sem justificativas, quer seja na educação infantil ou fundamental, na zona rural ou urbana.

8) O que você espera para o futuro do seu filho mediante a educação no município?

Pai 1: *“Espero coisa melhor”*.

Mãe 2: *“Eu, digamos quando as meninas estudavam era melhor, se ela estivesse na escola com professores adequados poderiam aprender letras novas”*.

Mãe 3: *“Eu espero uma aula boa para eles, um professor para ensinar só pra eles mesmos, uma coisa que é pra ter e não tem pessoas assim tem a vontade de aprender ler e escrever né”*.

Mãe 4: *“Espero só coisas boas, que ela melhore na educação”*.

Todos os pais entrevistados querem o melhor para seus filhos, independente de como são, e notoriamente, nas falas de todos afirmam querer que seus filhos desenvolvam as habilidades como ler e escrever, mas hoje não temos essas crianças e adolescentes incluídos na escola. O que fazer para influenciar as crianças e os pais à irem para escola e dar continuidade de sonhar com eles lendo e escrevendo? Será que é impossível desenvolver essas habilidades da leitura e escrita nessas pessoas?

Cabe à escola garantir um currículo acessível e adaptado, além de professores, métodos, técnicas e recursos de ensino para atender as necessidades desses alunos (BELTHER, 2017, P. 05).

9) Você sabe que a criança especial tem direitos por lei à educação de qualidade? Quer disser ser inserido em sala de aula com profissionais de qualidade para trabalhar com seu filho.

Pai 1: *“Sei que têm direitos”*.

Mãe 2: *“Sei”*.

Mãe 3: *“Sei sim”*.

Mãe 4: *“Sim”*.

Esses dados mostram que os pais têm conhecimentos dos seus direitos, mesmo que seus filhos não frequentam a escola, ou que já frequentaram e não tiveram a assiduidade. Sabendo que têm direitos, não exigiram da escola melhoras para seus filhos. Em seus relatos, alguns pais destacaram que a escola deixa a desejar quanto ao espaço físico e profissionais preparados para receber seus filhos.

A Lei 13.146, ou seja, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, afirma que educação inclusiva significa que todas as crianças e todos os jovens estejam estudando em escolas e classes regulares, mas até o momento, se tem um número muito grande fora da escola.

No Art. 27 normatiza que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus

talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Esse artigo aprecia o dever do Estado, da família e da escola para com a pessoa com deficiência, cabe a cada instituição exercer a sua responsabilidade e garantir a inclusão da pessoa, uma vez que afirma a importância da inclusão no espaço educacional, e aprecia o desenvolvimento das habilidades. A educação é um direito de todos independentes do estado físico ou psicológico da criança e do adolescente, ambos precisam ser acolhidos pela sociedade e escola.

No artigo 59 da mesma Lei estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 150).

Sendo assim, a escola deve se preparar para receber esse público e os pais que têm filhos com deficiência e conhecendo seus direitos deve exigir mais da instituição educacional, pois todos têm direitos de aprimorar suas habilidades, mesmo que sejam limitadas.

Segundo Sampaio (2009) nós somos professores partidárias da posição já assumida, de que a inclusão é uma prática inovadora que deve ser construída com intervenções na realidade do local que estamos inseridos. Atribui que ao invés de esperar que a escola fique pronta pra receber esses alunos, quem sabe faz à hora não espera acontecer, e que a escola esteja aberta para um longo processo de reflexão e crítica de sua prática contemplando o seu público.

Por fim, percebeu-se que os alunos são dependentes de suas famílias para serem inseridas no contexto social e educacional, todas as crianças são pessoas com deficiência que mora na zona rural e com as possibilidades limitadas para ir á escola.

Considerações Finais

A realidade existente na vicinal da 10, sobre a educação inclusiva é a realidade do nosso Brasil. Tanto nos centros urbanos quanto na educação rural, compreendemos que existem leis que garantem a pessoa deficiente a ser inserida nas escolas públicas, sendo argumentada com inclusão da pessoa deficiente em escolas regulares, mas não é isso que temos vistos nas nossas escolas.

Observamos durante a pesquisa que os pais são desinteressados, não incentivam seus filhos para ir à escola, e os professores não estão preparados como deveriam estar para atender a educação inclusiva. Muitas vezes percebe-se que, para muitos, é melhor as crianças não estarem inseridas no espaço educacional, sendo assim é menos trabalho e menos investimentos por parte da Secretaria de Educação do Município. O que se percebeu é o despreparo da sociedade na instância da educação inclusiva, pois ainda não contemplou o que foi proposto pela política pública de ter escolas adaptadas e preparadas para receber alunos com deficiência.

Cabe destacar que se tem urgência em investir na formação de professores para a educação inclusiva, pois é um dos grandes desafios desse século, o preparo do professor (a) do campo, as dificuldades são amplas, tanto na cidade quanto na zona rural.

Espera-se que esta pesquisa possa permitir compreender que há crianças com deficiências que não frequentam a escola na região da Transamazônica /Xingu, região esta tão esquecida pelas políticas públicas e pelo Estado em geral. Espera-se que os dados aqui apresentados possam subsidiar uma reflexão crítica em prol de melhorias dessa realidade educacional das pessoas com deficiência do campo.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**: v. 4: a família / coordenação geral SEESP/MEC; organização. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BARDIN, LOURANCE. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LEI Nº 9394/96 – 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Brasília – DF 2006

Brasil. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUSCAGLIA, Leo. (tradução de Raquel Mendes). **Os deficientes e seus pais. 5ª Edição**: Editora Record. Rio de Janeiro - são PMLO. 2006.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, Braga, Portugal, ano/vol. 2003.

CUNHA, Daniel Sica da. **Direito 10: insights jurídicos**. Novo Hamburgo Rio Grande do Sul – Brasil. 2017.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla. **Síndrome de Down Informações, caminhos e histórias de amor**. PHORTE editora. São Paulo, 2009.

FÉDIDA, Pierre. A. **Negação da deficiência**. A negação da deficiência: a Instituição da Diversidade. Rio de Janeiro: Achiamé/ Socius, 1984.

GARCIA, Afrânio da Silva. **A educação romana e o destino do latim peninsular**. São Gonçalo: UERJ, 2011.

GUERRA Camilla de Sena. **Do sonho a realidade: vivência de mães de filhos com Deficiência**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2015.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. São Paulo. 2017.

MOSQUERA, José Mouriño. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Editora: Edípucra. Porto alegre. 2004.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina. 2009.

NORONHA, Eliane Gonçalves. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Convergências**. 2012.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional, 2005.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro. **Orientações e dicas práticas para o trabalho acadêmico**. Curitiba: IBEX. 2007.

SILVA. Otto Marques da. **Epopeia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje**, , 1987.

SILVIA, A. M. D. **Educação especial e inclusão escolar**. Curitiba. Inter Saberes. 2003.

SZYMANSKI, HELOISA. **Práticas educativas familiares e o sentido da constituição identitária**, Paidéia, v.16, 81-90, 2006.

_____. Governo do Estado do Paraná Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba. 2006.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília – DF. 2006.

TAVARES, Camila Mendes Martins; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira e. **Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria**. Revista Formação @ Docente – Belo Horizonte – Vol. 5, N° 1, Jan/Jun/2013.

Apêndice



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
 FACULDADE ETNODIVERSIDADE
 LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS DA NATUREZA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos para participar da pesquisa EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIAS NA ZONA RURAL (VICINAL 10) DO MUNICÍPIO BRASIL NOVO-PARÁ, desenvolvida pela professora Luciana Ferreira Góes, aluna da Universidade Federal Do Pará, Campus Universitário de Altamira Faculdade Etnodiversidade, Licenciatura em Educação do Campo Ciências Da Natureza, orientanda da professora Priscila Bellard da mesma instituição. A pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a educação inclusiva está sendo contemplado na comunidade da vicinal 10 agrovila, tanto nas ações da comunidade quanto na Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac do município de Brasil Novo – Pará. Sua participação se dará através da resposta de uma entrevista. Toda pesquisa implica em riscos, no entanto consideramos que, nesta pesquisa, os riscos serão mínimos. As informações fornecidas serão úteis para a produção científica sobre o tema e para a implementação de possíveis melhorias nessa relação. A participação será voluntária (o), e as imagens, se caso vier a usar terá o consentimento das mesmas, os nomes usados serão omitidos, havendo apenas um código de identificação. Uma cópia do projeto de pesquisa ficará disponível para sua consulta. O (a) Sr. (a) receberá uma cópia deste termo de consentimento na qual consta o telefone e o endereço das responsáveis pela pesquisa por cinco anos.

Luciana Ferreira Góes– pesquisadora responsável

Vicinal da 10 km 30 Agrovila São José – Município de Brasil Novo/PA. (93)99137-2481.

e-mail luluciana@hotmail.com.

Priscila Bellard– professora orientadora do projeto.Altamira/PA.

Consentimento Pós-Informação

Declaro estar ciente das informações deste termo de consentimento e estou ciente que esta cópia ficará arquivada pelos organizadores da pesquisa.

Assinatura do participante

Assinatura da Prof.^a Orientadora

Assinatura do Pesquisador Responsável

Data: ___/___/___

Entrevistas com os Professores

1. Para você o que é inclusão social de pessoa com deficiência?

2. Na escola em que você trabalha tem alunos com algum tipo de deficiência?
Tem-se qual?

3. Os pais desse aluno são presente na escola? Contribuem para o aprendizado do seu filho?

4. Você está apto pra trabalhar com alunos especiais?

5. Você como parte da escola, tem se preocupado com outras crianças com deficiência que não estão inseridos na escola? O que tem feito para que eles venham participar da escola?

6. A escola em que você trabalha tem alguém para dar assistência (orientação) aos professores que têm alunos com deficiência?

7. A estrutura física da escola em que você trabalha está preparada pra receber alunos com deficiências?

Entrevistas com os pais

1. Quando a sua filha ou seu filho nasceu você percebeu que ele (a) era deficiente? Como reagiu?

2. Você sabe que tipo de deficiência o seu filho têm?

3. Em algum momento a sua filha (o) foi excluído pela sociedade?

4. O seu filho (a) está incluído na escola e na comunidade onde mora? Sim ou não? Por quê?

5. Em relação à escola da comunidade você acha que ela esta adaptada fisicamente para receber crianças com deficiência?

6. Em sua opinião os professores estão capacitados para dar aulas pra essas crianças?

7. Para você o que é inclusão social de pessoa com deficiência?

8. O que você espera para o futuro do seu filho mediante a educação no município?

9. Você sabe que a criança especial tem direitos por lei à educação de qualidade?
